



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11564 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

O REVERSO DA FORMAÇÃO HUMANA: A INSTRUMENTALIZAÇÃO, O DELEITE E A MERCADIFICAÇÃO DA LITERATURA NA ESCOLA BRASILEIRA

Simone Aparecida de Jesus - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Juliana de Castro Chaves - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

O REVERSO DA FORMAÇÃO HUMANA: A INSTRUMENTALIZAÇÃO, O DELEITE E A MERCADIFICAÇÃO DA LITERATURA NA ESCOLA BRASILEIRA

Este trabalho analisa as bases da relação entre Literatura e Escola ao longo do tempo no Brasil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada em estudos que discutem essa temática. A referência teórica parte de Max Horkheimer e Theodor Adorno.

A relação entre escola e Literatura no Brasil antecede à própria criação do Sistema Educacional Brasileiro, que só ocorreu no século XX. Em 1549, o ensino ministrado pelos jesuítas era predominantemente literário e clássico, com obras literárias clássicas como modelo de escrita e da língua portuguesa (SHIGUNOV NETO, 2008).

No século XIX, a Literatura estava presente na educação por meio das “Seletas”, “Antologias” e “Livros de Leitura”, nos quais eram recortados trechos de literatura portuguesa e brasileira para a leitura em voz alta (ZILBERMAN, 2005). Inicialmente os “Livros de Leitura”, destinados ao ensino da leitura e da escrita, não contavam com uma categorização de Literatura Infantil. Esses livros contavam com autores tais como César Martines, Felisberto de Carvalho e Erasmo Braga, que foi homenageado com a “Série Braga” (LOPES, 2020). As traduções para o português dos textos de Literatura para criança começaram a ser feitas por Carl Jansen, no início do século XX, quando também eram usados os textos de Figueiredo Pimentel, com histórias coletadas da oralidade de povos brasileiros, e as poesias de Olavo Bilac, presentes na “Série Braga” (ZILBERMAN, 2005).

Em 1930, com a implantação do Sistema Educacional Brasileiro, a Literatura foi incluída na disciplina de Português, sendo enfatizada prioritariamente a poética, como modelo de língua, por meio de exercícios de composição e ortográficos para o estudo da gramática normativa, da **recitação** e do vocabulário, voltados para a aquisição da língua culta (ZAPPONE, 2018). Nesse período eram estudados escritores considerados clássicos como Gonçalves Dias e Casimiro de Abreu, que ainda usavam uma linguagem adulta, e Monteiro Lobato, contemporâneo da época, que abriu espaço para Viriato Correia e Graciliano Ramos, na Literatura Infantil. De modo que os professores oscilavam entre Literatura para adultos e Literatura para criança (ZILBERMAN, 2005).

No final dos anos 60, a Lei 5.692 ampliou o Ensino Primário de 5 para 8 anos e os materiais usados nas escolas eram os livros didáticos, com conteúdos e exercícios das disciplinas, e livros literários, que eram concebidos como ferramenta auxiliar para ensinar leitura e escrita. Autores da Literatura Infantil desse período tais como Ana Maria Machado e Ruth Rocha, dentre outros, traziam novas formas de narrar, falando diretamente à criança, mas ainda continuavam sendo apropriados para a prática da leitura e da escrita (ZILBERMAN, 2005).

Na ditadura militar (1964 a 1985), muitos livros eram apreendidos, mas a produção da Literatura Infantil não recebeu essa perseguição, pois eram considerados brinquedos, algo inofensivo (MORAIS, 2011). Nos anos 80, frente à contradição entre a Literatura produzida e a forma como era apropriada na escola, pesquisadores e professores questionavam as finalidades imediatas e utilitárias dadas à Literatura, que vinha ligada ao ensino da gramática e dos valores cívico-patrióticos (MORTATTI, 2014).

Nos anos 90, com a redemocratização, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394), estabelece o **foco do Ensino Fundamental** no “desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo”. A partir dessa lei, em 1997, foram lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), para direcionar a organização curricular dos estados e municípios, segundo o qual **o texto literário** deveria ser ensinado de maneira diferenciada, ou seja, respeitado em suas especificidades. Data do mesmo ano o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), cujo objetivo era a **distribuição de livros literários**, de referência e de pesquisa às escolas públicas da Educação Básica (COSTA, 2020). Também foram elaborados e distribuídos alguns guias de orientação para o trabalho com a Literatura na escola, pouco conhecidos pelos professores (JESUS, 2019). Tendo passado por diferentes formatos, o programa durou até 2014 e foi incorporado ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que passou a se chamar Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) (MERCÊS, 2021).

Percebemos que a abordagem da literatura na escola predominantemente segue uma **racionalidade instrumental** em que se cortam as partes do texto literário perdendo o todo para usar um fragmento em atividades cristalizadas relacionadas a conteúdos curriculares, para leitura, sendo reduzida a uma didática, um meio para **atingir um fim exterior** a ela,

ensinar um determinado conteúdo (HORKHEIMER, 2002). Mas, na literatura, “os **meios** não se esgotam simplesmente no **fim**” (ADORNO, 2011, p. 31), há na literatura mais que um suporte textual.

Importante realçar que a relação entre literatura e escola, além de seu caráter de funcionalidade, pragmático, que seja útil para o ensino da escrita e da leitura, realizado pela escola e pela legislação, que reproduz o modus operante da sociedade capitalista, também estabelece uma dinâmica de mercadoria. A produção de livros em geral e também literários, para o nicho específico das escolas, em consonância com os editais do Ministério da Educação se apropria da Base Nacional Comum Curricular (JESUS, 2019) oferece mercadorias que perpetuam a aplicação da literatura de forma fragmentada. Assim, podemos dizer que a lógica capitalista cria necessidades para as escolas e por sua vez produz produtos na racionalidade necessária para sua manutenção para serem consumidos.

Nos Cadernos de Formação do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), de 2013, referentes à Língua Portuguesa, o termo Literatura, sua concepção ou orientações acerca da Literatura não estão presentes, mas são citados livros literários nos relatos de experiência, modelos de projetos e planos de aula, como texto para trabalhar grupos de palavras e outros conteúdos. Além do mais, a leitura deleite também é destacada como parte da rotina da sala de aula, sendo indicada a leitura e conversa sobre os textos envolvendo uma ideia de fruição, desvinculada de qualquer atividade, mas também leituras para buscar informações que vão orientar toda a aula (JESUS, 2019).

Adorno (2011), ao discutir o prazer da apreciação estética nos alerta que, muitas vezes, ele é concebido a partir da aparência, em uma relação imediata com o descansar a mente, em um movimento separado dos aspectos da cognição e ligado ao gostar. Mas, o próprio gostar também é constituído com e no social, que estabelece significações, valorações, e conseqüentemente pertença e rechaço em grupos e pessoas que gostam ou não de determinados objetos e que nem querem conhecer. Além do mais, a própria ideia de deleite, que no senso comum diz de um se abandonar, curtir, gostar, é estabelecido em uma rotina no início da aula, segundo orientação do PNAIC, mobilizado pela Literatura para trabalhar conteúdos, já revelando uma negação e o aproveitamento direcionado do deleite para apreender um conteúdo. Quando a Literatura é desvinculada de qualquer atividade também é abstraída de qualquer discussão que possa embasá-la no processo educacional e formativo. Aparece simplesmente desvinculada do processo do conhecimento.

Mas, Literatura é conhecimento. E, o conhecimento não é imediato, mas se relaciona com a vida, com as questões da realidade e suas possibilidades, torna o sujeito capaz de participar da sociedade (RESENDE, 2010).

Atualmente o documento que orienta o ensino no Brasil é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no qual a Literatura passa por um **apagamento**, pois não há qualquer referência a enfoques metodológicos para o trabalho com a Literatura no processo

educacional. Suas especificidades, a necessidade de apreciação estética e o posicionamento crítico são desconsiderados (COSTA, 2020).

Percebemos que a abordagem da Literatura na escola predominantemente segue a mesma racionalidade funcional capitalista em que tudo tem que ter uma utilidade, uma aplicação prática que seja valorizada na sociedade. Essa racionalidade pragmática objetiva um resultado e não tem interesse em revelar as mediações de sua própria produção, nem questionar ou instigar a reflexão sobre a lógica predominante. Assim, se corta as partes do texto literário, perdendo o todo, para usar um fragmento em atividades cristalizadas relacionadas a conteúdos curriculares, a reduzindo a uma didática (HORKHEIMER, 2002).

Mas, a Literatura estabelece relação com a formação humana. Nesse sentido, ela recria a experiência coletiva, pelo contraditório, pela dialética entre restauração e inconclusão, pela crítica (CHAVES, 2020). Então, se ela se realiza predominantemente como instrumento, mercadoria e deleite, na concreticidade é a inversão da formação humana.

Palavras-chave: Literatura. Escola. Instrumentalização.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. *Teoria Estética*. Coimbra, Portugal. Edição 70 LDA, 2011.

CHAVES, J. de C. *A Experiência e a narração como fundamentos da formação humana em Walter Benjamin*. In: FARIA, G. G. de; CHAVES, J. de C. *Fundamentos dos Processos Educativos e Formação Humana*. Goiânia, Editora Imprensa Universitária, 2020.

COSTA, Juliane Alves Araujo. *A leitura literária na base nacional comum curricular*. Guarapuava: Universidade Estadual do Centro-Oeste, 2020 (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://tede.unicentro.br:8080/jspui/handle/jspui/1444>. Acesso em: 10/07/22.

DUARTE, Rodrigo. *Indústria Cultural hoje*. In: VAZ, A. F.; ZUIN, A.; DURÃO, F. A. (org.). *A indústria cultural hoje*. São Paulo: Boitempo, 2008.

JESUS, Simone Aparecida de. *A literatura no âmbito do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)*. Goiânia: UFG, 2019 (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9671>. Acesso em: 07/07/22.

LOPES, Cristiano Camilo. *Os livros de leitura no fim do século XIX e início do século XX: uma análise do livro 1 da série Braga e a formação do leitor literário*. Revista Graphos, vol. 22, n° 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/view/52604/31730>. Acesso em: 24/07/22.

MERCÊS, Darlaine Pereira Bomfim das. *Entre as Políticas Públicas e o Neoliberalismo: O PNBE e a Leitura na Educação Básica*. Salvador: UFBA, 2021 (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33289>. Acesso: 26/07/22.

MORAIS, J. O. *A Literatura Infantil como instrumento de denúncia da Ditadura Militar*.

Campina Grande: UEPB, 2011 (Dissertação de Mestrado). Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEPB_c6c73ac0f3d0c79779c1ed2790149cc5. Acesso em: 14/02/20.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Na história do ensino da literatura no Brasil: problemas e possibilidades para o século XXI*. Educar em revista, n. 52, p. 23-43, abr./jin., 2014. Curitiba: Editora UFPR. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155031152003>. Acesso em: 20/04/21.

MOTTA, R. P. de S. *As Universidades e o Regime Militar*. São Paulo: Zahar, 2014.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Revista Educar*, n. 31, p. 169-189, 2008. Curitiba: Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VKN68qKSCDDcvmq5qC7T6HR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29/05/22.

RESENDE, A. C. A. *Arte e conhecimento*. In: RESENDE, A. C. A. CHAVES, J. de C. *Psicologia Social: crítica socialmente orientada*. Goiânia: PUC Goiás, 2010.

ZAPPONE, Mirian Hisae Yaegashi. *Literatura na escola brasileira: história, normativas e experiência no espaço escolar*. *Revista Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 54, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/sLGPHCVLsfTfqL8ym5ZwQn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10/04/21.

ZILBERMAN, Regina. *Como e por que ler a literatura infantil brasileira*. Rio de Janeiro, R.S.: Objetiva, 2005.